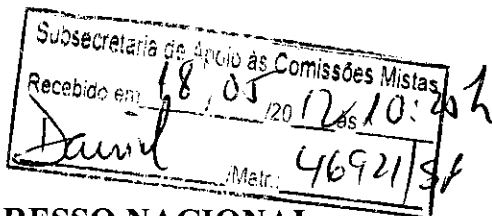




CONGRESSO NACIONAL



MPV 568

00205

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

<b>Data</b> 15/05/12	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 568-2012
-------------------------	--

<b>Autora</b> Gorete Pereira – PR/CE	<b>nº do prontuário</b> 100
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> <b>Supressiva</b>	2 <input type="checkbox"/> <b>Substitutiva</b>	3 <input type="checkbox"/> <b>Modificativa</b>	4 <input type="checkbox"/> <b>Aditiva</b>	5 <input type="checkbox"/> <b>Substitutivo global</b>
--	--	--	---	---

Página	Artigo	Parágrafo X	Inciso X	alínea
--------	--------	-------------	----------	--------

### TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se inciso e parágrafo ao art. 61 da MP 568/12, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 61. A Lei nº 11.907, de 2009 passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 292. ....

I - .....

II - .....

III - .....

IV – **Academia Nacional de Polícia. (NR)**

§ 1º Os titulares de cargos efetivos remunerados por subsídio em exercício nas escolas de que tratam os incisos I, II, III, IV do caput deste artigo não farão jus à percepção da GAEG.

§ 2º .....

§ 3º .....

§ 4º .....

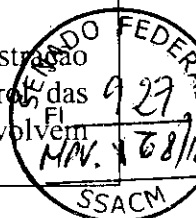
§ 5º **Os servidores constantes do inciso IV farão jus à Gratificação Temporária em Escola de Governo – GAEG a partir de 1º de julho de 2012. (NR)**

### JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 568/12 objetiva criar, dentre outras questões, a figura da “gratificação temporária de atividade de escola de governo” para a Academia Nacional de Polícia, instituição de ensino destinada a formar e capacitar os policiais federais de todo o Brasil.

A inserção do art. 292-A na lei nº 11.907/2009, com a criação da mencionada gratificação vem em boa hora, pois a Academia Nacional de Polícia já desenvolve atividades típicas de uma “escola de governo”.

Neste prisma, temos também que o site oficial da Escola Nacional de Administração Pública, consta a mencionada Academia Nacional de Polícia como integrante do rol das escolas participantes da “Rede Nacional de Escolas de Governo” que desenvolvem capacitação e conhecimento em suas áreas de atuação.



Ocorre que na redação enviada pelo Poder Executivo, este confere a gratificação típica de escolas de governo à Academia Nacional de Polícia constante da redação supracitada do art. 292-A (com todos os seus consectários lógicos – financeiros e orçamentários), todavia por omissão deixou de constar no rol constante do artigo 292 da Lei 11.907/09 a mencionada “academia nacional” como escola de governo. Para isto observe-se:

Art. 292. Fica instituída a Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo - GAEG, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, em efetivo exercício nas escolas a seguir, enquanto permanecerem nesta condição:

- I - Escola de Administração Fazendária - ESAF;
- II - Escola Nacional de Administração Pública - ENAP; e
- III - Instituto Rio Branco - IRBr.

Veja-se que a redação do art. 292 da lei nº 11.907/09 tem a mesma finalidade do aludido art. 292-A trazido pelo art. 61 da MP 568/12, qual seja: criar a “Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo – GAEG”, e como decorrência lógica, diz em seguida quais as escolas de governo que fazem jus à mencionada gratificação.

PARLAMENTAR

GORETE PEREIRA – PR-CE

